

Artigo 2.º

Este decreto entra em vigor nos termos legais e produz efeitos a partir de 15 de Fevereiro de 2000.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em São Tomé, aos 10 de Fevereiro de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro do Planeamento, Finanças e Cooperação, *Adelino Santiago Castelo David*. — O Ministro da Administração Pública e do Trabalho, *Emílio Guadalupe Fernandes Lima*.

Promulgado em 20 de Março de 2000.

Publique-se

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovada*

Decreto n.º 9/2000

Mostrando-se conveniente, face às irregularidades constatadas, proceder-se à dissolução do conselho de administração do Instituto de Segurança Social.

Tendo em conta o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 39/94

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte

Artigo 1.º

São exonerados os membros do conselho de administração do Instituto Nacional de Segurança Social

Artigo 2.º

O presente diploma entra em vigor nos termos legais

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em São Tomé, aos 10 de Fevereiro de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro do Planeamento, Finanças e Cooperação, *Adelino Santiago Castelo David*. — O Ministro da Administração Pública e do Trabalho, *Emílio Guadalupe Fernandes Lima*.

Promulgado em 20 de Março de 2000

Publique-se

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovada*

Decreto n.º 10/2000

Tornando-se necessário, por conveniência de serviço, dar-se por finda a comissão de serviço que Graciano do Espírito da Costa vinha exercendo como director das Pescas.

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

Graciano do Espírito Costa — dada por finda a comissão de serviço do cargo de director das Pescas do Ministério da Economia, cargo para que havia sido nomeado pelo Decreto n.º 31/98.

Artigo 2.º

Este decreto entra em vigor nos termos legais e produz efeitos a partir de 16 de Junho de 2000.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 22 de Junho de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro do Planeamento e Finanças, *Adelino Santiago Castelo David*. — A Ministra da Economia, *Maria das Neves Batista de Sousa*.

Promulgado em 14 de Julho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovada*.

Decreto n.º 10-A/2000

Tornando-se necessário, por conveniência de serviço, dar-se por finda a comissão de serviço da directora do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação:

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

Maria de Lourdes Salvaterra de Sousa Dias — dada por finda, por conveniência de serviço, a comissão de serviço que vinha exercendo como directora do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, cargo para que havia sido nomeada pelo Decreto n.º 19/98.

Artigo 2.º

O presente decreto entra em vigor nos termos legais e produz efeitos a partir de 23 de Junho de 2000.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 7 de Junho de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, *Joaquim Rafael Branco*. — O Ministro do Planeamento e Finanças, *Adelino Santiago Castelo David*.

Promulgado em 28 de Julho de 2000

Publique-se

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovada*

Decreto n.º 10-B/2000

Tornando-se necessário, por conveniência de serviço, dar-se por finda a comissão de serviço que o engenheiro Aurélio de Sousa Jesus Rita vinha exercendo como director das Florestas

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte

Artigo 1.º

Engenheiro Aurélio de Sousa Jesus Rita — dada por finda a comissão de serviço do cargo de director das Florestas do Ministério da Economia, cargo para que havia sido nomeado pelo Decreto n.º 52/94.

Artigo 2.º

Este decreto entra em vigor nos termos legais e produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2000.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 22 de Junho de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro do Planeamento e Finanças, *Adelino Santiago Castelo David*. — A Ministra da Economia, *Maria das Neves Batista de Sousa*.

Promulgado em 14 de Julho de 2000.

Publique-se

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovada*.

Decreto n.º 10-C/2000

Pelo Decreto-Lei n.º 51/91, foram definidas as regras de utilização, fixados os princípios gerais e critérios de distribuição de terras que integram o domínio privado do Estado destinado a fins agrícolas.

No referido diploma previa-se que a distribuição de terras teria a forma de contrato de concessão pelo ajuste directo entre as partes, mediante a constituição do direito de usufruto a título oneroso.

Considerando a dinâmica que se pretende introduzir para maior rentabilização das terras de cultivo afectadas ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, visando a sua diversificação e a auto-suficiência alimentar;

Considerando que esta dinâmica não se compadece com o instituto de usufruto consagrado no Decreto-Lei n.º 51/91, por se revelar inibidora de investimentos por parte dos beneficiários das terras;

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea d) do artigo 99.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

A distribuição de terras para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária terá a forma de contrato de aforamento e será feito por ajuste directo entre as partes, mediante contrato a título perpétuo e oneroso, a ser firmado pela Direcção de Finanças, de acordo com o Código Civil.

Artigo 2.º

Os contratos de concessão de usufruto firmados entre o Governo e os beneficiários de terra serão convertidos em contrato de aforamento.

Artigo 3.º

O Ministério da Economia, através do Gabinete da Reforma Fundiária, deverá prestar à Direcção de Finanças todas as informações necessárias para a regulamentação do que estatui o artigo anterior.

Artigo 4.º

Ficam revogados os artigos 3.º, 5.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 51/91 e demais disposições que contrariem este diploma.

Artigo 5.º

Este decreto-lei entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em São Tomé, aos 3 de Julho de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, da Justiça, Trabalho, Administração Pública e Assuntos Parlamentares, *Alberto Paulino*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, *Joaquim Rafael Branco*. — O Ministro da Defesa, *João Quaresma Viegas Bexigas*. — O Ministro do Planeamento e Finanças, *Adelino Santiago Castelo David*. — A Ministra de Economia, *Maria das Neves Ceita Batista de Sousa*. — O Ministro da Educação, Juventude e Cultura, *Peregrino do Sacramento da Costa*. — O Ministro das Infra-Estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, *Luís Alberto Carneiro dos Prazeres*. — O Ministro da Saúde e Desporto, *António Soares Marques de Lima*. — O Ministro da Administração Interna e do Território, *Manuel da Cruz Marçal Lima*.

Promulgado em 20 de Setembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovoadá*.

Decreto n.º 10-D/2000

Considerando que a directora-geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude pediu o fim da comissão de serviço que vinha exercendo por força do artigo 2.º do Decreto n.º 66/97;

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

Maria do Rosário Afonso Neto de Barros — dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço que vinha exercendo como directora-geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude, cargo para que havia sido nomeada pelo artigo 2.º do Decreto n.º 66/97.

Artigo 2.º

Este decreto entra em vigor nos termos legais e produz efeitos a partir de 23 de Junho de 2000.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 14 de Setembro de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro de Planeamento e Finanças, *Adelino Santiago Castelo David*.

Promulgado em 24 de Outubro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovoadá*.

Decreto n.º 10-E/2000

Considerando a necessidade de se proceder à nomeação do director de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

É Maria do Rosário Afonso Neto de Barros nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de directora de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Artigo 2.º

Este decreto entra em vigor nos termos legais e produz efeitos a partir de 24 de Junho de 2000.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 14 de Setembro de 2000. — O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Guilherme Pósser da Costa*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, *Joaquim Rafael Branco*. — O Ministro de Planeamento e Finanças, *Adelino Santiago Castelo David*.

Promulgado em 24 de Outubro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, *Miguel Anjos da Cunha Lisboa Trovoadá*.

Decreto n.º 10-F/2000

Tornando-se necessária a criação de novos cursos no Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (ISPSTP), ao abrigo da política de formação de quadros de nível superior:

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição, o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

São criados no Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, com início a partir do ano lectivo 1999-2000, os seguintes cursos:

- Línguas e Literaturas Modernas;
- Línguas e Administração.

Artigo 2.º

As habilitações mínimas exigidas para o ingresso nos respectivos cursos é a 11.ª classe ou equivalente, sem prejuízo de outros requisitos que sejam estabelecidos no regulamento interno do Instituto.

Artigo 3.º

O curso de Línguas e Literaturas Modernas é constituído por 2 ciclos, sendo o primeiro de três anos para a obtenção do grau de bacharelato, acrescido, mediante vagas contingentes, de mais um ano para a conclusão do grau de licenciatura. As condições de acesso ao ano complementar serão definidas pelo ISPSTP.